



www.stal.pt

Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa • Telef: 351.210958400 — Fax: 351.210958469 • E-mail: stal.nacional@stal.pt

**Defender os direitos dos trabalhadores e das populações**

# **GREVE GERAL PARA MUDAR DE POLÍTICAS**

Em pouco mais de dois anos de governação, o actual executivo sustentado pela maioria parlamentar do Partido Socialista desencadeou a mais feroz ofensiva conhecida nas últimas três décadas aos trabalhadores em geral, particularmente aos da Administração Pública, bem como aos direitos das populações, à sua segurança e à sua qualidade de vida.

A cobro de uma despidorada campanha de difamação dos funcionários públicos e de demagógicas intenções de modernização ou de reorganização dos serviços do Estado, o Governo de José Sócrates apropriou-se ilegítima e mesmo criminosamente da Administração Pública para, visando satisfazer unicamente a gula lucrativa dos grandes grupos económicos e do patronato, desregulamentar a legislação laboral privatizar serviços e destruir direitos sociais.

Num processo onde não faltam inadmissíveis ataques ao Poder Local Democrático, com tentativas de instrumentalização, governamentalização e limitação à sua capacidade realizadora, de que é exemplo a recentemente aprovada Lei das Finanças Locais.

O resultado desta estratégia política e os seus nefastos impactos nos trabalhadores, nas populações e no País em geral são cada vez mais visíveis, justificando acrescidas preocupações quanto ao futuro e provocando os legítimos sentimentos de revolta que se fazem sentir de forma crescente em toda a sociedade.

O STAL, que há muito vem insistindo na ideia de que não é possível modernizar ou reorganizar a Administração Pública com medidas que penalizam os seus trabalhadores e destroem os direitos sociais das populações, considera que a continuação da política prosseguida pelo Governo PS de José Sócrates levará ao aumento das desigualdades sociais, contribuirá para o agravamento das condições de vida dos mais desfavorecidos e penalizará ainda mais os trabalhadores do sector.

Estamos efectivamente perante uma estratégia política que conduz ao enfraquecimento da própria democracia, à destruição do Estado Social, ao empobrecimento e desertificação do País, à descaracterização do Poder Local, à desregulamentação do trabalho e em claro contraste, ao enriquecimento ainda maior de uma muito restrita camada da sociedade, nomeadamente os grandes empresários e os banqueiros.

A situação que hoje o País vive, fruto desta estratégia política e das medidas entretanto tomadas, desnuda a falácia de Sócrates e a demagogia com que tem tentado, por todos os meios, ludibriar a opinião pública. Os cidadãos hoje percebem melhor que o ataque aos trabalhadores da Administração Pública é apenas um passo para a destruição dos serviços públicos, o País hoje entende claramente que o encerramento de serviços não serve qualquer propósito de reorganização ou de modernização, antes escancara, de forma escandalosa, portas ao negócio vergonhoso com os direitos sociais de todos nós.

Caem cada vez mais por terra as farisaicas intenções de combate à despesa, nomeadamente quando são divulgadas notícias que apontam milhões e milhões de euros em gastos nos gabinetes ministeriais, a insistência em obras faraónicas como a do aeroporto da Ota ou as despesas incomportáveis pagas por todos nós com os serviços públicos privatizados, denuncia-se cada vez mais um Governo que afinal não tem qualquer superioridade moral, nomeadamente no que concerne à promoção de negociações, ao tráfico de influências, ao compadrio e ao crescimento da clientela política.

Mas crescem entretanto a revolta, a indignação e a disponibilidade para a luta nos diversos sectores da sociedade. A poderosa manifestação da CGTP-IN de 2 de Março, o crescente sentimento de luta nos locais de trabalho, nomeadamente na Administração Local, e a constante oposição de populações inteiras ao encerramento desumano e injustificado de serviços públicos essenciais são disso exemplo, o que reforça a necessidade de unirmos esforços no combate à actual política do Governo, exigindo uma mudança efectiva de rumo e o abandono das estratégias privatizadoras e desregulamentadoras do trabalho.

**Neste contexto, a Direcção Nacional do STAL não pode deixar de saudar vivamente a decisão da CGTP-IN convocar para o próximo dia 30 de Maio uma Greve Geral, decidindo desde já:**

Apelar a toda a estrutura sindical para que se envolva na preparação desta greve e na mobilização dos trabalhadores;

Apelar a todos os trabalhadores da Administração Local, independentemente do seu vínculo ou da sua entidade empregadora, nomeadamente autarquias, associações de

bombeiros, empresas municipais ou privadas, para que se mobilizem fortemente na realização da Greve Geral, que deve constituir um marco de especial relevo na contestação à odiosa política do Governo de José Sócrates e à violenta ofensiva que tem vindo a levar a cabo contra a dignidade e os direitos de quem trabalha;

Apelar às populações para que assumam a Greve Geral também como um instrumento de combate ao encerramento de serviços públicos essenciais e retirada de direitos sociais;

Considerar que as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio devem constituir fortes jornadas de luta pelas reivindicações gerais e específicas dos trabalhadores da Administração Local, inseridas no espírito e nos objectivos da Greve Geral.

Transformar desde já a Greve Geral num dos temas centrais da Caravana da Indignação que irá correr todo o País, a partir do próximo dia 24 de Abril, com acções de esclarecimento das populações e mobilização dos trabalhadores.

**Peniche, a 20 de Abril de 2007**

**A Direcção Nacional do STAL**